



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DA  
FIGUEIRA DA FOZ**

**ACTA N.º 5 /2007  
SESSÃO ORDINÁRIA  
DE 27-09-2007**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta nº 5 da Sessão Ordinária de 27-09-2007

**LOCAL** - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

**DATA** - 27 de Setembro de 2007 -----

**INICIO** - 15 horas e 50 minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

**PRESIDENTE** - Vítor Frederico da Silva Figueiredo Pais..... PPD/PSD

**1º SECRETÁRIO** - Joaquim José da Silva Barraca..... PPD/PSD

**2º SECRETÁRIO** - Artur Ferreira Mendes..... PPD/PSD

**MEMBROS** - António Simões Martins de Oliveira..... PPD/PSD

Maria dos Prazeres Mendanha Albergaria (em substituição) .....PS

António Francisco Guerra Padrão ..... PPD/PSD

Rui Manuel Marinheiro Carvalheiro .....PS

Carlos Cabete Cação de Jesus (em substituição)..... PPD/PSD

Victor Manuel Barreto Marinho da Cunha .....PS

Alberto Pedro Caetano ..... PPD/PSD

Maria Adelaide Gaspar Gonçalves (em substituição) ..... PCP-PEV

Manuel Simões Mota (em substituição) ..... PS

Ilídio Almeida Figueiredo ..... PPD/PSD

Maria Amélia da Silva Guímaro Saraiva dos Santos .....PS

António João Teixeira Paredes .....PS

Antonino da Silva Oliveira ..... PPD/PSD

Carlos Ângelo Ferreira Monteiro .....PS

Albano Gonçalves Lé (em substituição) ..... PPD/PSD

João Carlos Marques e Silva Paulo ..... INDEPENDENTE

Tiago Patrício Cadima Jorge ..... PPD/PSD

Ana Cristina Gomes de Craveiro Paiva .....PS

Carlos Alberto da Silveira Cruto ..... PPD/PSD

Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz ..... PCP-PEV

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia .....PS

Carlos Jorge Pires Lourenço ..... PPD/PSD

Manuel da Silva Caiano (em substituição) .....PS

António José Dias de Sousa .....PS

### **PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA**

**(Alhadas)** Jorge Manuel Rocha Oliveira ..... PPD/PSD

**(Alqueidão)** Maria Caeiro Marques Simão ..... PPD/PSD

**(Bom Sucesso)** Victor Manuel Andrade Margato ..... PPD/PSD



(Borda do Campo)	José António Carvalho Gaspar .....	PPD/PSD
(Brenha)	Fausto Fernando Santos Loureiro .....	PS
(Buarcos)	Carlos Fernando Moço Ferreira .....	PS
(Ferreira-a-Nova)	Euclides Pagaimo de Jesus Frade .....	PPD/PSD
(Lavos)	Isabel Maria Ferreira Curado de Oliveira .....	PPD/PSD
(Maiorca)	José António Borges Ligeiro .....	PS
(Marinha das Ondas)	Jorge Manuel Cunha (em substituição) .....	PPD/PSD
(Moinhos da Gândara)	Paulo Manuel Querido Rodrigues .....	PPD/PSD
(Quiaios)	José Augusto Azenha Marques .....	INDEPENDENTE
(Santana)	Fernanda do Rosário Oliveira .....	PPD/PSD
(S. Julião)	Victor Manuel Silva Coelho .....	PS
(São Pedro)	Carlos Manuel Azevedo Simão .....	INDEPENDENTE
(Tavarede)	Victor Manuel dos Santos Madaleno .....	PS
(Vila Verde)	João Filipe Carronda da Silva Antunes .....	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

#### **SUBSTITUIÇÕES**

Foram substituídos os seguintes Membros: João Manuel Pedrosa Russo por Carlos Cabete Cação de Jesus, Vítor Manuel de Jesus Jorge por Maria dos Prazeres Mendanha Albergaria, João Raul Henriques Sousa Moura Portugal por Manuel Simões Mota, Bruno Manuel Samagaio dos Reis por Albano Gonçalves Lé, Gonçalo Nuno Teixeira Duarte Venâncio por Manuel da Silva Caiano, António Eduardo São Pedro Almeida por Jorge Manuel Cunha, Nelson César Santos Fernandes por Maria Adelaide Gaspar Gonçalves.-----

#### **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**

Justificaram as suas faltas à sessão os Membros João Manuel Pedrosa Russo, Vítor Manuel de Jesus Jorge, Bruno Manuel Samagaio dos Reis, João Raul Henriques Sousa Moura Portugal, Gonçalo Nuno Teixeira Duarte Venâncio Nelson César Santos Fernandes, o António Eduardo São Pedro Almeida e o António José das Neves França.-----

#### **1- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

##### **1.1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE**

**PRIMEIRO SECRETÁRIO**, interveio para fazer a leitura resumida da correspondência recebida.-----

##### **1.2 - APRECIACÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 27 DE JUNHO DE 2007**



**SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV)**, disse o seguinte: “é uma ligeira correcção na pág. 9 da acta da sessão de Junho, onde se refere que houve uma saudação à manifestação de 30 de Maio, não é manifestação, é greve de 30 de Maio.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, disse o seguinte: “tomámos devida nota vamos proceder à correcção. Não havendo mais intervenções coloco a acta à aprovação.”-----

**A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria com duas abstenções (1 do PS e 1 do PCP-PEV), aprovar a acta da Sessão de 27 de Junho de 2007, com a correcção proposta pela Sr.ª deputada Silvina Queiroz.**-----

### 1.3 - INTERVENÇÕES DE CARÁCTER GERAL

#### ESTAGNAÇÃO DA FREGUESIA DE S. JULIÃO

**VÍTOR COELHO (PS)**, interveio para ler um texto sobre o estado em que se encontra a Freguesia de S. Julião, documento que constitui o anexo número um à presente acta.-----

#### REGIÃO DE TURISMO DO CENTRO

**AUGUSTO MARQUES (INDEPENDENTE)**, interveio dizendo: “começo por lamentar a ausência dos senhores vereadores nesta sessão e pelo que noto, estão apenas presentes o Sr. Presidente da Câmara e a Sr.ª vereadora Teresa Machado. Não foi dada nenhuma justificação para a ausência dos restantes membros o que lamento, e não sei se isso significa desconsideração por nós, mas realmente não me parece normal.”-----

A Freguesia de Quiaios, no início do mês de Junho, apresentou um projecto a que chamou “Quiaios em Movimento”, que tinha em vista e que tem em vista no próximo ano, se for novamente realizado, fazer alguns intercâmbios, dinamizar e divulgar a Freguesia de Quiaios no exterior e de alguma forma colmatar as dificuldades que têm existido na atribuição de verbas para a animação de Verão. Batemos à porta de diversas entidades, que tiveram a amabilidade de nos responder e a algumas que não podiam ou que não era oportuno. Há no entanto uma entidade, que tinha a obrigação de nos dar alguma resposta e que até ao momento não se pronunciou, apesar das várias tentativas nossas. Trago isto aqui, porque o problema não se prende apenas com a Freguesia de Quiaios e estou a falar concretamente da Região de Turismo do Centro. Interrogo-me se a Região de Turismo do Centro relativamente à Figueira serve para alguma coisa. É que eu, em relação à Figueira não noto qualquer acção da Região de Turismo do Centro e se ela existe, então que me digam qual é em relação ao Concelho de uma forma geral, porque o Concelho julgo saber, não é apenas a Figueira, nomeadamente no que tem



a ver com praias cuja a extensão é grande, é das maiores do País. Se existe e se tem feito alguma acção na Figueira, queria manifestar aqui o meu desagrado porque realmente o Concelho não é apenas a Figueira, há mais pólos turísticos neste Concelho. Se a acção existe na Figueira não a conheço, então que a divulguem, mas queria deixar aqui de facto o meu voto de protesto, por este quase abandono a que estamos votados pela Região de Turismo do Centro.”-----

**VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA VISITA DE SUA EXCELÊNCIA O SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, O PROFESSOR DOUTOR ANÍBAL CAVACO SILVA, À CIDADE DA FIGUEIRA DA FOZ**

**MARTINS DE OLIVEIRA (PPD/PSD)**, interveio para ler um voto de congratulação ao Sr. Professor Aníbal Cavaco Silva, documento que se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número dois à presente acta.-----

**JOÃO CARRONDA (PS)**, interveio dizendo: “não posso deixar de fazer aqui um reparo, porque não ficava bem comigo mesmo, que é da visita do Sr. Presidente da República não constar uma passagem pela Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz, que é a terceira associação mais antiga do País, ela é referida sempre como tal, como instituição centenária e que tem vindo a resistir a todas as turbulências que têm passado pela economia portuguesa ao longo dos anos e penso que os empresários da Figueira da Foz mereciam esse reconhecimento, pelo esforço que têm vindo a fazer ou que estão a fazer para dinamizar toda a actividade industrial no nosso Concelho e seria também algum alento penso eu, para o ânimo deles, que participam nessa associação. De facto foi a única coisa que notei, poderá haver outras no meu modesto entender, em termos da visita do Sr. Presidente e seria muito bom para a rede empresarial do nosso Concelho. Com certeza que irei votar a favor a moção, mas deixava aqui este reparo.”-----

**CARLOS MOÇO (PS)**, interveio dizendo: “congratulo-me com a visita do Sr. Presidente da República, mas achei muito triste e fiquei com muita pena, que um digno representante da nossa vereação não tivesse estado presente. Queria aqui dizer que senti a falta do Dr. Paulo Pereira Coelho na visita do Sr. Presidente da República.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, não havendo mais intervenções colocou o voto de congratulação à votação.-----

**A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade aprovar o voto de congratulação a sua Excelência o Sr. Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva.**-----

**ENCERRAMENTO DE ESCOLAS**



**SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV)**, interveio dizendo: “a minha questão prende-se com um assunto recorrente, que vem sendo repetido, incluindo na ultima sessão de Assembleia Municipal de 27 de Junho e aproveitando até as informações privilegiadas da Sr.<sup>a</sup> vereadora Dr.<sup>a</sup>. Teresa Machado, muita tinta correu na comunicação social sobre o encerramento de escolas no Concelho da Figueira da Foz e neste momento gostaria de saber qual de facto é a situação actualizada, agora que as aulas abriram para este novo ano escolar de 2007/2008. A Sr.<sup>a</sup> Ministra da Educação, também na comunicação social a propósito deste assunto, disse que o Ministério da Educação não encerrou escola alguma, que quem fez esses encerramentos foram as autarquias e que prevaleceu a vontade das mesmas. Claro que em Monção por exemplo, isto está dando “água pela barba” à Sr.<sup>a</sup> Ministra e à sua equipa, já que um Presidente de Câmara eleito pelo PS desafia o Ministério da Educação a falar verdade. Tenho a firme convicção que as autarquias infelizmente pouca intervenção tiveram neste processo. Em relação à Figueira da Foz então agradeceria esta resposta actualizada.-----  
Congratulo-me com o teor da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Julião em relação às dificuldades que a Freguesia vem vivendo. Todos os problemas que foram apontados e mais um pequenino que também já uma vez aqui trouxe, mas que considero ser importante até em termos de imagem e da saúde publica, os contentores de saquinhos para recolha de dejectos de canídeos, estão desertos pela cidade, havendo um bem fornecido, a expensas de uma clínica veterinária.”-----

#### **CONDIÇÕES DO ARQUIVO DO URBANISMO**

**NUNO BISCAIA (PS)**, interveio para ler um texto sobre as condições em que se encontram os processos no Arquivo do Urbanismo, documento que se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número três à presente acta.-----

#### **TRAÇADO DA AUTO-ESTRADA A17 - FREGUESIA DE ALHADAS**

**JORGE OLIVEIRA (PPD/PSD)**, interveio para ler uma moção sobre o traçado da auto-estrada A17, documento que constitui o anexo número quatro à presente acta.-----

**RUI CARVALHEIRO (PS)**, disse o seguinte: “a bancada do PS não pode deixar de se solidarizar com esta preocupação, fundamentalmente por uma questão de bom senso. É realmente insensato que se privilegie o traçado da actual EN111 em detrimento da agora camarária EN347, sabendo todos que a EN347 tem um volume de tráfego superior e se assim não for, desafio prova em contrário. Tendo essa 347 um volume de tráfego superior, não fará sentido privilegiar a nacional EN111. Isto



é, compreendemos o sentido economicista da anulação de uma dessas travessias, é assim a regra implacável de qualquer construtor, neste caso o construtor da A17. Não podemos deixar é de chamar a atenção da Câmara Municipal e do Sr. Presidente da Câmara em particular, para a necessidade de acompanhar também de perto este tipo de intervenção, que pelos vistos o próprio Instituto de Estradas de Portugal neste momento contesta, tanto quanto sei é a ultima informação que tenho do traçado proposto. O ultimo traçado proposto, não tem a aprovação das Estradas de Portugal pelo que será a altura ideal para que a Câmara Municipal, consiga junto deste organismo, fazer chegar designadamente a algum representante desta comissão, em concreto da Freguesia das Alhadas, mas de todas as outras Freguesias que saem prejudicadas por isto, porque o volume de tráfego como referi, tem a ver com as cinco Freguesias utentes desta travessia agora pretensamente a anular. É de toda a conveniência que o Sr. Presidente da Câmara assuma de alguma forma, a liderança de um processo em que estão em causa direitos dos seus munícipes, em concreto das cinco Freguesias aqui referidas, em particular da Freguesia das Alhadas."-----

**SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV)**, disse o seguinte: "votaremos favoravelmente por todas as questões que já foram enunciadas. Esta ideia que vem aqui pela mão do Sr. Presidente de Junta de Alhadas, que achamos que é de facto uma ideia e que para ser uma moção e ser de facto reivindicativa, deveria ser mais explícita em relação ao que é que se pretende para a correcção do erro. Apenas exige que se corrija o erro e aponta as dificuldades trazidas pela manutenção do erro, mas pensamos que um texto mais objectivo, teria outra capacidade reivindicativa."---

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, disse o seguinte: "Sr.ª deputada, a moção que nos chegou aqui às mãos, traz sugestões alternativas, todo um conteúdo, uma documentação, para além das muitas assinaturas que como é óbvio não teve a oportunidade de apreciar e eu também não, mas a moção vem suficientemente complementada julgo eu, embora eu esteja a olhar para ela em diagonal."-----

**SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV)**, disse o seguinte: "Sr. Presidente então sugeriríamos que antes da votação fosse lido o texto enunciado apenas da moção, porque foi isso o que realmente faltou na intervenção do Sr. Presidente de Junta."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, disse o seguinte: "o texto foi aquele que o Sr. Presidente de Junta leu, mas é evidente que depois vem consolidado pelos respectivos anexos. Para isso, teríamos que eventualmente suspender esta votação e distribuir a documentação, para que as pessoas apreciassem convenientemente



para depois votarem em consciência. A documentação é suficientemente extensa e não posso como é óbvio pelo tempo que demoraria, também estar a ler tudo isto e muito menos a explicar-vos aquilo que vem nas plantas demonstrativas, que só com elas à frente se compreende a realidade das soluções propostas, mas posso-vos assegurar que está aqui proposta uma solução alternativa, não faço a mínima ideia se ela tem viabilidade ou não, porque nem sou a pessoa indicada para isso.”-----

**SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV)**, disse o seguinte: “então trata-se de um caderno reivindicativo e como não há tempo útil para o estudar, nós votaremos favoravelmente, se calhar vai ser uma votação unânime na Assembleia.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, não havendo mais intervenções colocou o moção à votação.-----

**A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade aprovar a moção sobre o traçado da A17 na Freguesia de Alhadadas.**-----

#### **DIFICULDADES VIVIDAS NA FREGUESIA DE BUARCOS**

**CARLOS MOÇO (PS)**, interveio dizendo: “dirijo-me particularmente ao Sr. Presidente da Câmara, no sentido de lhe apelar mais uma vez àquilo que me parece de vital importância para Buarcos, sendo certo que no início deste ano, numa reunião tida com o Sr. Vereador e os senhores Presidentes da Junta, foi colocada a situação das prioridades, tendo em conta as disponibilidades da Câmara Municipal face à situação económica actual. Disto resultou uma reunião que convém aqui dizer e com toda a verdade, que aceitámos ter, que foi bem avalizada, tendo certo que iríamos, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, ter em conta as opções possíveis, aquelas reais e fazer aquilo que no nosso entendimento fosse viável. Foi exposta a ideia e vontade de podermos levar para diante, aquilo que na expectativa da Junta de Freguesia de Buarcos e dos seus munícipes, é a primeira das prioridades, ou seja a requalificação da Rua 5 de Outubro, de toda aquela zona histórica. Fizemos essa opção e posteriormente numa reunião com o Sr. Presidente da Câmara, traçou-se um quadro que perspectivávamos e havia vontade de o concretizar. A questão que eu coloco aqui hoje nesta Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, porque tenho que dar esta resposta aos munícipes de Buarcos, porque eles carecem de saber do nosso futuro, é se o Sr. Presidente da Câmara, se esta Câmara Municipal tem vontade e irá fazer todos os esforços para que esta nossa pretensão possa ser realizada. Já lhe disse e afirmei em reuniões anteriores, que se tivermos que fazer uma opção entre o



provável projecto do Parque Desportivo, ou arrancarmos com esta obra, saiba Sr. Presidente de que é da nossa vontade e é nosso entendimento, que a haver uma opção será prioritariamente a requalificação da zona histórica de Buarcos. É neste sentido que vai a minha intervenção, pedindo-lhe que faça todos os esforços e que a Câmara Municipal de uma vez por todas, assuma que esta é uma obra de primeira necessidade, sob pena de adiarmos cada vez mais aquilo que Buarcos é em termos turísticos e que isto é uma falta muito grande para a nossa Freguesia. Sabe a Câmara Municipal, sabe o Sr. Presidente, sabem os senhores vereadores, que a Junta de Freguesia de Buarcos, fez este Verão um esforço acrescido para fazer a animação em Buarcos, naquilo que lhe foi possível e fez para isso um enorme esforço financeiro. Aquilo que venho hoje aqui reivindicar, é que com tempo e à distância, possamos fazer mais pela animação, que aquilo que o nosso Concelho exige e que as pessoas têm o direito, quando visitam a nossa cidade e fazem férias na nossa terra. A experiência destas coisas faz-se no terreno e verifiquei que realmente temos que fazer opções. Ficou muito aquém das expectativas e chegou até mim a reivindicação de mais e mais animação, mas fizemos aquilo que era possível. Provavelmente se quem tem também direito e obrigação de fazer nesta área estivesse ao nosso lado, teríamos feito muito melhor.-----

Solicito também à Câmara Municipal, ao Sr. Presidente e ao Sr. Vereador responsável desta área, de que em definitivo aquilo que foi retirado a Buarcos terá que ser repostos. Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, não é possível de todo dar resposta às necessidades no terreno, no trabalho que é realizado todos os dias. Estamos a falar das limpezas de valetas, daquele trabalho diário que todos nós sabemos e que não é possível, com o número de pessoas que a Junta de Freguesia tem disponível para executar este trabalho. Solicito ao Sr. Presidente da Câmara que faça um esforço, reveja a sua posição, repense, porque é de toda a justiça recolocar novamente em Buarcos a equipa que no passado já lá esteve, ou seja, o que eu lhe estou aqui a dizer é que esta equipa que vai mês sim mês não a Buarcos dar uma ajuda nestes trabalhos diários, não responde de todo às necessidades. Peço-lhe que não adiemos por mais tempo em colocar de novo na Freguesia de Buarcos a equipa que outrora como já lá esteve e que é absolutamente necessária, para mantermos minimamente a nossa Freguesia naquilo que os munícipes assim desejam.-----

Por ultimo e que não sejam mal interpretadas as minhas palavras, queria aqui



manifestar a minha profunda preocupação em relação aos factos que ocorrem nos partidos políticos que estão em questão neste momento no nosso Concelho. Preocupa-me o dia de amanhã e a votação que possa ocorrer naquilo que pode pôr em causa a vereação do PSD, possa também ela vir a ser um pólo de destabilização para este mandato que deve chegar ao seu final, como aqui em outras Assembleias Municipais já foi reafirmado. Espero bem e faço aqui os meus votos de que isso não venha a prejudicar este mandato quer dos senhores vereadores, quer desta Assembleia. Estamos no início dos nossos trabalhos após as férias de Verão e parece que a presença de todos poderia trazer algo de novo a esta Assembleia. Num Verão rico de histórias, de intrigas políticas, e de reparos, parece que toda a gente faz politica e faz reparos e até os nossos munícipes fazem reparos aos seus Presidentes da Junta, aos seus Vereadores e à Câmara Municipal e parece que nada chega até nós responsáveis políticos porque pelo ambiente que aqui vejo, dá-me a sensação que pouco se passa.”-----

#### **125º ANIVERSÁRIO DA ELEVAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ A CIDADE**

**JOÃO PAULO (INDEPENDENTE)**, interveio para leu um texto sobre 125º aniversário da elevação da Figueira da Foz a cidade, documento que se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número cinco à presente acta.-----

#### **OBRAS DA PONTE DOS ARCOS**

**ADELAIDE GONÇALVES (PCP-PEV)**, interveio para ler um texto sobre as obras da Ponte dos Arcos, documento que constitui o anexo número seis à presente acta.---

#### **ESTADO DAS ESTRADAS DO CONCELHO**

**JOÃO CARRONDA (PS)**, interveio dizendo: “a Figueira da Foz está a ver os seus acessos melhorados através da nova auto-estrada A17, tem a A14, tem o acesso a Leiria nacional EN109.-----

Na denominada subida para Brenha, quem lá passa diariamente, vê o estado lastimoso em que se encontra aquela via, o que com a vinda da época das chuvas, os acidentes ali vão ser aquilo que é habitual, senão forem mais graves. É uma estrada com uma circulação enorme, com bastantes veículos pesados e quem passa por ali, verifica de facto que o piso tem uns rebaixamentos no sítio da circulação dos rodados, que põe em risco o trânsito a quem esteja mais descuidado.-----

A nacional 111 quem vem de Maiorca para cá, também está num estado lastimoso. Temos que ver que há pessoas que visitam a Figueira e que não se ficam só pela marginal, dão uma voltinha, até porque vão a Maiorca como é referido e deparam-



se com aquele estado lastimoso de via de comunicação. Também não quero deixar de manifestar aqui, enquanto pessoa que gosta da Figueira, divulga a Figueira e faz publicidade à Figueira, que não há da minha parte um substancial agrado em relação às notícias que têm vindo nos jornais e à forma como se está a mostrar a Figueira, em relação aos seus mais altos responsáveis, independentemente do local, do partido ou da cor a que estejam inseridos, ou que sejam militantes. Acho que é muito triste para a nossa cidade, aquilo que ultimamente tem vindo na comunicação social e isso volto a dizer não é vantajoso em nada para todos nós. - Uma situação que deve merecer um sentimento de grande satisfação para todos os figueirenses, é o facto do reconhecimento por parte do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, voltar a reconhecer o interesse publico à Universidade Internacional e ao Pólo da Figueira da Foz. Penso que nos devemos regozijar com isso, porque isso era mais qualquer coisa de muito que poderiam levar desta cidade e empobrecer fortemente a Figueira da Foz, as centenas de alunos que aí estão e a esperança de muitos jovens deste Concelho que vêem na proximidade desse pólo, a possibilidade de puderem tirar o seu curso superior. Foi uma boa notícia para todos nós, ainda não a vi aqui comentada e acho que merece uma referência nesta Assembleia Municipal.-----

Também queria referir o exemplo do Vilaverdense Rui Cordeiro, jogador da Selecção Nacional de Râguebi e a forma como nós o vimos na televisão a chorar a cantar o Hino Nacional, a defender as cores nacionais e enfim todo o empenho que ele pôs na defesa da sua causa, do seu País. Gostava que isso fosse transmitido muitas das vezes para o âmbito regional ou para o âmbito local e que alguns dos responsáveis, não digo que se ponham a chorar a cantar o hino da sua terra, mas que pelo menos se empenhassem de uma forma forte e viva e tivessem esse sentimento em relação aos locais por onde foram eleitos e para as funções que foram empossados.-----

Quanto à Região de Turismo do Centro não se vê grande visibilidade, a não ser no Festival das Caldeiradas, em que o Sr. Presidente da Região de Turismo do Centro aparece na Figueira da Foz, em tudo que é festa é convidado."-----

**RUI CARVALHEIRO (PS)**, disse o seguinte: "Sr. Presidente da Câmara é sobre o estado calamitoso aqui evocado pelo Sr. Presidente da Junta de Vila Verde, relativamente à ligação a Maiorca. Sendo esse mau estado resultante de uma intervenção de uma obra municipal, gostaria de saber se as garantias bancárias ou se o interventor no processo e portanto directamente responsável pelo actual



estado das coisas, está intimado a resolver o problema, ou se é mais uma vez a Câmara Municipal, que vai assumir por sua conta, a responsabilidade de repor pavimentos que não foram correctamente repostos por quem interveio, fazendo obra em benefício próprio.”-----

## **II BIENAL DO ASSOCIATIVISMO**

**FERNANDA DO ROSÁRIO (PPD/PSD)**, interveio para ler um texto sobre a Bienal do Associativismo, documento que se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número sete à presente acta.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, não havendo mais intervenções colocou o voto de felicitações à aprovação.-----

**A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de felicitações e agradecimento a todas as pessoas que contribuíram na II Bienal do Associativismo.**-----

## **INCLUSÃO DE PONTOS NA ORDEM DE TRABALHOS**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, propôs a inclusão dos seguintes pontos:-----

2.13 - Regulamento para Alienação de Bens Imóveis do Município da Figueira da Foz;-----

2.14 - Alienação de Imóveis - Terrenos Destinado a Construção Urbana Sito na Rua Eng.º António Gravato Freguesia de S. Pedro;-----

**SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV)**, interveio dizendo: “não podemos aceitar o ponto 2.13, ao qual tivemos acesso hoje mesmo antes do começo desta Assembleia. É impossível haver a mínima reflexão, por mais débil que fosse, sobre esta matéria. Se eventualmente por maioria, a democracia funciona assim e este ponto vier a ser incluído, eu e a minha camarada ausentar-nos-emos da sala porque não o queremos votar.”-----

**CARLOS MONTEIRO (PS)**, disse o seguinte: “relativamente ao ponto 2.13 nós temos o mesmo problema que a deputada Silvina Queiroz pôs, nós só quando aqui chegámos é que tivemos acesso ao regulamento pelo que não estamos em condições de o poder votar.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, disse o seguinte: “quero esclarecer, que a documentação foi distribuída a todos no mesmo momento. Infelizmente, como não o pudemos fazer antes por questões de impossibilidade física, fizemo-la quando o pudemos fazer. Assim sendo eu punha à apreciação do plenário a inclusão destes dois pontos.”-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA**, interveio dizendo: “como os senhores deputados não tiveram



tempo para apreciar esta deliberação da Câmara da última reunião, relativamente ao Regulamento para Alienação de Bens Imóveis do Município da Figueira da Foz, nós Executivo, não vemos um problema grave em isso ficar para a próxima Assembleia. Este regulamento foi feito por solicitação de vereadores da Câmara porque procedíamos à alienação, e hasta-públicas sem ter um regulamento próprio e foi por isso que o elaborámos. Obviamente que temos na agenda desta assembleia uma proposta de alienação de um imóvel, não sei se a retirada deste ponto se vai implicar algum problema com a nossa proposta, que é um terreno para construção urbana na Freguesia de S. Pedro. Se assim não for, não temos qualquer problema em que pela parte do executivo que este ponto seja retirado. Não gostaríamos era que o outro ponto não deixasse de ser analisado e deliberado aqui na Assembleia.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, disse o seguinte: “assim sendo está retirado expressamente o ponto 2.13 da nossa votação.”-----

Ouvimos que o executivo camarário, através do Sr. Presidente da Câmara retirou essa introdução, pelo que deixamos como é óbvio, de fazer qualquer votação. Contudo, temos que apreciar se introduzimos ou não o ponto 2.14 na nossa ordem de trabalhos, pelo que peço a vossa apreciação relativamente a este ponto.”-----

**ANTÓNIO PADRÃO (PPD/PSD)**, interveio dizendo: “nós Grupo Parlamentar do PSD entendemos que o ponto 2.14 deve ser mantido na ordem de trabalhos.”-----

**SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV)**, disse o seguinte: “nós temos um entendimento diverso por duas ordens de razões: a primeira, é que mesmo pelas palavras do Sr. Presidente da Câmara, embora tenha manifestado vontade da manutenção do ponto, nos parece tão umbilical a ligação das duas matérias, que se nos afigura um pouco despropositada, tendo havido a necessidade de haver um regulamento, que agora passemos a decidir sem esse regulamento. Segunda parte, o que nos foi distribuído diz respeito à venda de um terreno na Rua Eng. António Gravato, na Cova Gala e agora, em cima da mesa, temos um documento que nós ainda não lemos, obviamente pelas razões que todos entendem e que todos partilham certamente e que nos fala em construção urbana não só na rua Eng. António Gravato mas também nos Condados - Tavadede. Eu penso que isto é outra proposta.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, disse o seguinte: “efectivamente esse foi um ponto da reunião de Câmara que reunia os dois. Em reunião de Câmara, conforme consta da documentação que lhe foi distribuída, o assunto dos Condados de Tavadede foi retirado ficando só o terreno da Gala.”-----



**SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV)**, disse o seguinte: “eu não li, como expliquei.”-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA**, disse o seguinte: “a Assembleia Municipal já funciona desde perto do final de 1974 e já fizemos muitas hastas-públicas, muitas alienações e até agora fizemo-las sem um Regulamento Municipal para o efeito e como tal, não vejo que se possa fazer a alienação ou deliberar sobre a alienação proposta sem ter o regulamento. A ideia de ter um regulamento, compreendo que em cima da hora e sendo um documento com uma responsabilidade e com uma publicação em Diário da República, compreende-se que os senhores deputados queiram ter mais tempo para o poder analisar e pronunciar. Agora, se até aqui aprovámos nesta Assembleia muitas alienações públicas, não vejo razão para que uma alienação pública de um terreno, do qual até já foi aprovada a sua alienação noutras Assembleias, visto ser já a segunda vez ou a terceira que é posta em alienação pública, possa ser retirado. Relativamente aos Condados é um ponto que foi retirado pela Câmara e não está aqui em discussão.”-----

**CARLOS MONTEIRO (PS)**, interveio dizendo: “relativamente ao ponto 2.14 nós não temos nenhum problema em que ele seja agendado, até porque concordando com a elaboração do regulamento. Aliás esta Câmara, tem na ordem dos vinte e tal regulamentos pelo que seria importante que tivesse um regulamento para a alienação de património. Contudo, partindo do pressuposto que o regulamento não se pode sobrepor à lei, sendo a alienação de acordo com a lei vigente, não temos nada contra a inclusão do ponto.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, não havendo mais intervenções colocou a admissibilidade do ponto à votação.-----

**A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria com trinta e nove votos a favor (21 do PPD/PSD, 16 do PS e 2 dos Membros Independentes), um voto contra do PCP-PEV e duas abstenções (1 do PCP-PEV e 1 do Membro Independente), aprovar a inclusão na ordem de trabalhos do ponto referente à Alienação de Imóveis - Terrenos Destinado a Construção Urbana Sito na Rua Eng.º António Gravato Freguesia de S. Pedro, o qual passará a ser o ponto 2.13.**-----

**2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**2.1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL**

**JOÃO PAULO (INDEPENDENTE)**, interveio dizendo: “gostaria de questionar o Sr. Presidente da Câmara relativamente a um ponto que o executivo deliberou por unanimidade, que tem a ver com uma proposta sobre as medidas urgentes a adoptar



no licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalação de postos de abastecimento de combustíveis. Tendo em conta que os elementos da Assembleia Municipal não tiveram acesso a esta proposta, gostaria que o Sr. Presidente nos desse uma panorâmica muito geral do que ela consta."-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA**, interveio dizendo: "é do conhecimento do Sr. deputado, através não só das actas da Câmara que são publicas, mas da própria comunicação social, que tem havido na Câmara algumas observações, reservas e contestações, da forma como tem vindo a ser exercida no âmbito das competências do Presidente da Câmara, o licenciamento e a fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis. Nesse sentido, foi proposto pelos vereadores não executivos, a nomeação de uma comissão para apreciar todos os pedidos e todas as situações de licenciamento ou não licenciamento, do funcionamento dos postos de abastecimento de combustíveis e apresentar no prazo de seis meses, para uma comissão que foi nomeada para o efeito, os procedimentos a seguir no futuro, as eventuais alterações a introduzir em regulamentos da Câmara e isso foi deliberado por unanimidade."-----

Procuraria também dar resposta a algumas questões que foram aqui levantadas de uma forma sumária, e começaria pela a intervenção do Sr. Presidente da Junta de S. Julião, relativamente à cidade adormecida. Algumas das questões que o Sr. Presidente da Junta aqui trouxe, com certeza que nós comungamos com as mesmas ou às vezes até mais, pelas responsabilidades que temos. Parte delas não sendo da nossa responsabilidade, serão também da nossa vontade resolvê-las, como será de certeza a vontade do Sr. Presidente de Junta."-----

Nós também gostaríamos muito de ter uma Loja do Cidadão. Já expusemos isso a responsáveis do Governo por esta área, mas naturalmente não é da nossa competência decidir isto. Há uma alteração que não temos conhecimento oficial, mas que sabemos que houve, relativamente a outras intenções, que a certa altura o Governo tinha esgotado ou tinha informado que estavam esgotadas a possibilidade de haver mais Lojas de Cidadão, mas sabemos que não oficialmente, que poderá haver uma alteração e que há uma abertura a essas Lojas do Cidadão de segundo grau."-----

Relativamente há questão da dinamização da ocupação da zona da marina, nós somos dos primeiros a defender isso, a apresentar projectos. Lamentamos é que algumas



instalações até de restauração nessa vizinhança, decidam logo ter férias em Setembro. Não quero dizer que não deva existir mais, mas o que é pena é que aquelas que lá estão e que já existem, não tenham a dinâmica de poder prestar um serviço mais conceituado com aquilo que se pretende. A Câmara faz aquilo que é possível, mas a Câmara não explora restaurantes, não explora lojas e o que era importante era que quem já lá está instalado, pudesse e tivesse a vontade e essa dinâmica de saber dar uma melhor oferta a quem procura, pelo menos nesta zona ribeirinha. Nós temos diversos projectos apresentados quer no Ministério competente, quer na Comissão de Coordenação, para haver uma melhor possibilidade da utilização da zona ribeirinha da Figueira da Foz, com uma melhor exploração na zona fluvial.-----

Quanto à aquisição ou apoios para uma melhor procura, ou melhor oferta, para quem queira procurar toda esta zona da baixa figueirense e da frente marítima, recordo que já há alguns anos neste executivo ou no executivo anterior, aprovámos isenções de taxas, para a recuperação de edifícios, em toda a zona que vai desde a estação até perto do Forte de Santa Catarina até à Rua Bernardo Lopes sensivelmente. Foi aprovado em Assembleia Municipal e até agora nem um único pedido entrou dos proprietários, de quem pode recuperar os edifícios para usufruir desses benefícios. Por outro lado, alguma tentativa que tem sido feita de investimentos, pela empresa a que nós estamos ligados para a recuperação de edifícios, também desta zona da cidade, pelo menos dois projectos foram levados a cabo pela Paranova, até agora também a procura de aquisição não tem sido fantástica, para não dizer que tem sido nula.-----

Relativamente ao quarteirão que melhor se identifica pelo Edifício do Trabalho, desde 2002 temos procurado encontrar soluções com os proprietários, fundamentalmente do Edifício do Trabalho, mas em tempos mais recentes também com proprietários de edifícios vizinhos, para encontrar uma solução que pudesse dar um melhor enquadramento urbanístico àquele quarteirão. Já tivemos projectos de beneficiação e de reconversão e até agora de facto, não conseguimos encontrar uma solução. Mas continuamos empenhados em o fazer e o Sr. Presidente da Junta sabe, que se a solução fosse fácil já tinha sido encontrada, e que há proprietários, há direitos e nós temos de procurar aí sim, fazer uma mediação para encontrar uma solução que seja possível.-----

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Quaias, eu tomei boa nota disso. Compreendo a sua reserva relativamente à actuação da



Região de Turismo do Centro, mas também julgo que o Sr. deputado não saiba, mas a Câmara da Figueira, numa estratégia de procurar congregar os interesses de municípios vizinhos, para poder articular uma oferta conjunta na área do turismo, que isoladamente é difícil vingar por si, só uma oferta isolada da cada município e tal como fizemos na área económica e ligada ao porto e a questão jurídica, isto vem de um estudo que se fez e que se apresentou em tempos com o patrocínio da Comissão de Coordenação, para definir alguns eixos prioritários de desenvolvimento local. Um deles foi justamente no turismo e relativamente a esse do turismo, nós estamos neste momento e está a ser encabeçado pela Região de Turismo do Centro um projecto nesse sentido, de uma oferta conjunta que envolve cerca de vinte municípios nesta zona da Beira Litoral, não só no Baixo Mondego, mas também vai do lado sul até ao Sicó, do lado norte vai até à zona da Serra da Lousã. A Região de Turismo do Centro está a encabeçar esse movimento e será feita uma candidatura ao QREN e creio que daí poderemos vir a usufruir de alguns benefícios em termos de uma oferta conjunta, isto na área do laser, do turismo, do desporto, do termalismo, da saúde, que um grande núcleo de municípios desta zona possam potenciar ofertas isoladas de uma forma conjunta.-----

Sr. Presidente de Junta, os Vereadores que aqui estão são os que estão, alguns Vereadores estão em férias, há outros que não puderam chegar a tempo e já entretanto chegaram. Penso que não é nenhum desrespeito por esta Assembleia, antes pelo contrário, mas enfim, deve ter havido algumas dificuldades em estarem presentes e como o Sr. Presidente de Junta sabe, quem tem necessariamente que estar é o Presidente da Câmara.-----

Relativamente à questão do voto de congratulação, referente à visita do Sr. Presidente da República, é com muito agrado que vi a Assembleia votar por unanimidade uma iniciativa que foi da Câmara Municipal. A responsabilidade da Câmara Municipal nesta presença do Sr. Presidente da República é exclusivamente à sua presença nas comemorações dos 125 anos de elevação a cidade, que têm sido umas comemorações relativamente modestas, com gastos muito reduzidos.-----

Tomei boa nota da chamada de atenção da Sr.<sup>a</sup> deputada Silvina Queiroz, relativamente à questão da higiene e da falta de sacos para recolha dos dejectos dos canídeos. Tivemos uma atitude bastante ambiciosa quanto à colocação dos receptáculos, depois é preciso de facto pôr lá os sacos, mas há muita gente que gosta de tirar os sacos, não sei se é para colecção se para o que é, mas procuramos nas épocas altas substituí-los e infelizmente não sei se temos que



ter uns pregos ou qualquer coisa, porque eles voam com uma facilidade extraordinária, com algumas duvidas nossas que eles sejam utilizados para o efeito que se pretende.-----

O Sr. deputado Nuno Biscaia apontou um problema que nós temos com as instalações e que estamos a procurar encontrar uma solução, mas há instalações no edifício do urbanismo, onde os munícipes podem consultar os processos e até no próprio rés-do-chão há uma sala para esse efeito.-----

Quanto à moção que foi apresentada pelo Sr. Presidente de Junta das Alhadas, como sabem este traçado da A17 foi objecto de discussão pública. Infelizmente, como acontece quase sempre nas discussões públicas, é raro aparecerem na devida altura comentários às soluções apresentadas, que não são da nossa responsabilidade e portanto quando fomos deparados pelas chamadas de atenção, de imediato nós entrámos em contacto com as Estradas de Portugal. Com o próprio empreiteiro e com os responsáveis locais houve já uma reunião. Reforçado agora pela aprovação desta moção, vamos procurar junto do dono da obra, saber quem é o responsável pelo projecto para encontrar uma solução que seja melhor do que aquela que foi apresentada. Só temos pena de não nos ter podido ser dada a oportunidade de o ter feito mais cedo, mas já o procurámos fazer e vamos continuar a fazer o possível por isso.-----

Sr. Presidente da Junta de Buarcos, a Rua 5 de Outubro é uma das nossas prioridades. Houve alterações ao projecto que já estão feitas e portanto será uma prioridade dentro das obras a lançar neste mandato.-----

Relativamente à animação, vamos procurar fazer aquilo que podemos e também tomei boa nota das observações que fez quanto à questão de manter a brigada. Nós sabemos que hoje em dia, não há separação em termos da zona turística, que vai desde a Foz do Mondego até ao Cabo Mondego, é praticamente uma continuidade, quer dizer já não há Figueira da Foz, não há Buarcos e portanto há uma oferta no aspecto balnear que é perfeitamente conjunta, aquilo que a gente chama a praia da Figueira é a praia da Figueira, é a praia de Buarcos, são as praias que vão até ao Cabo Mondego. Não temos duvidas nenhuma em que se procure dar a identificação e uma oferta que como disse, vá em termos marítimos de praia, desde a Foz do Mondego até à zona do Cabo Mondego, não estando em causa a outra oferta nas praias a sul e nas praias a norte.-----

Os grandes gastos que se fez e que o Sr. deputado João Paulo referiu, não sei exactamente o que é que são. Se são relativamente às comemorações, não são



grandes gastos, como já tive a oportunidade de o dizer.-----  
No que diz respeito à Sr.<sup>a</sup> deputada Adelaide Gonçalves, informação sobre a Ponte dos Arcos, as Estradas de Portugal entenderam por conveniente fazer uma alteração ao projecto da ponte, que tem a ver essencialmente com o método construtivo e a informação que nós temos é que estão a ser preparadas, ou está a ser preparado pelo empreiteiro, por quem foi adjudicado o reinício da intervenção que seria feito até ao final de Setembro. O método foi diferente, já estão feitos aqueles pilares que tem visto dentro do projecto inicial e a expectativa, é que no máximo possa haver o atraso de um mês ou mês e meio na conclusão da obra. Isto é, que a obra esteja concluída antes do Verão do ano que vem, o prazo inicial salvo erro era Março e que poderá haver uma derrapagem por causa dos problemas que surgiram que leve a que a obra esteja concluída em Abril ou Maio.-----

Relativamente à questão da navegação, a informação que eu tenho da Policia Marítima, é que já não há da parte da Capitania, a necessidade de impedir a navegação na zona da Ponte dos Arcos, mas o IPTM ainda não levantou a interdição da navegação naquela zona, mas eu julgo que isto é algo que será ultrapassado a curto prazo.-----

Relativamente às observações do Sr. Presidente da Junta de Vila Verde, naquilo que diz respeito à EN 111, nós já temos adjudicada uma intervenção nessa estrada, só que o empreiteiro deveria ter iniciado a obra era em Julho e nós solicitámos que não começasse a não ser em Setembro. No entanto, nós estamos a reanalisar a obra ou melhor a programação da obra, tendo em conta as intervenções que estão previstas em termos de saneamento na zona de Carritos e aliás já definimos que vamos avançar com a reparação de uma parte da estrada, mas não a totalidade, porque ainda há muitas intervenções das Águas da Figueira a fazer.-----

Na zona da EN 109 para Brenha eu não estou muito bem a ver o que é, mas a EN 109 é da responsabilidade das Estradas de Portugal."-----

**RUI CARVALHEIRO (PS)**, disse o seguinte: "em primeiro lugar é para me congratular com a disponibilidade revelada para acompanhar o problema da alteração ao traçado da ligação entre a sede do Concelho e a Freguesia das Alhadas. Lembro que foi a liderança da Presidente da Câmara de Leiria e dos deputados do distrito, quase em vésperas de inauguração do traçado entre Lourical e Marinha Grande, que conseguiram fazer prevalecer o bom senso de algumas travessias mal



projectadas. Essas alterações nalguns casos, pelo menos num dos casos, levou a própria Câmara a assumir algumas das despesas, dada a justiça da alteração e que tentará imputar futuramente ao dono da obra. Congratulo-me com a disponibilidade do Sr. Presidente da Câmara, parece-me que dado o actual estado de concessão, ainda relativamente distante da inauguração, estão criadas as condições para que dois aspectos fundamentais ali sejam corrigidos, que têm a ver com a distância, mas fundamentalmente com eventuais problemas de segurança rodoviária que esta proposta aparenta ter e este é apenas um pequeno pormenor do projecto, não é o projecto e como tal não estamos em condições de julgar plenamente a questão da segurança rodoviária. Sabemos também é que um dos aspectos que nos preocupa, é se este entroncamento tal como está aqui desenhado, não é um entroncamento com um aumento de perigosidade, que dados os desníveis a que isto tudo se vai verificar, poderão vir a ocorrer. Portanto, nesse aspecto espero que o bom senso, como comecei por dizer, impere.-----

O Sr. Presidente não respondeu foi à questão do accionamento das garantias bancárias, quando à correcta reposição de pavimentos e eu lembro aqui que esta minha questão é recorrente, porque já relativamente à reposição de pavimentos, de intervenções de saneamento no Alqueidão, na Borda do Campo essas questões não foram para mim correctamente respondidas e creio que esta Assembleia não ficou a saber se os empreiteiros que intervêm, não repondo correctamente os pavimentos, se sobram daí consequências para todos os munícipes, isto é, se são os munícipes que têm de suportar depois a reposição mal efectuada, por quem a devia efectuar correctamente, porque é para isso que os cadernos de encargos são assim elaborados. Esse assunto é recorrente em todo o Concelho e eu quase que não queria lembrar aqui a Rua da Republica, que é mais uma daquelas onde a reposição do pavimento não está correctamente efectuada e o dinheiro de todos os munícipes uma vez mais vai ter que avançar, para corrigir defeitos de fabrico de obras que têm que ter acompanhamento e fiscalização da sua construção e accionadas devidamente as garantias bancárias, depois de se verificarem os erros de construção que todos nós ali estamos a verificar. O Sr. Presidente revelou não saber na EN109, mas é junto ao Intermaché, aquela curva que há muito tempo junto a um semáforo, não propriamente o semáforo da Chã, mas o semáforo imediatamente a norte, os sulcos ali existentes já vêm da intervenção havida há muitos anos atrás e nunca foram correctamente repostos e acho que a Câmara deve insistir junto das Estradas de Portugal, porque aí sim, é um assunto que é deles, seja de



uma vez por todas resolvido um problema que provoca sempre acidentes quando começa a chover.-----

No caso concreto da ligação a Maiorca, não é isso, são sulcos no pavimento provocados por intervenção de um empreiteiro que não terá correctamente repost o pavimento.”-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA**, interveio dizendo: “das dezasseis escolas, encerrou uma que é a de Cabecinhos, na Freguesia de Lavos.-----

Relativamente à intervenção do Sr. deputado Rui Carvalheiro, quero dizer que nós accionamos sempre as garantias bancárias quando o podemos fazer. No caso da Rua da Republica, a obra era para ter sido iniciada antes do Verão, não houve possibilidade por parte do empreiteiro a que foi adjudicada e decidimos que só deveria ser feita após o Verão.-----

Quanto à questão da auto-estrada, espera-se que haja bom senso. Nós procuraremos quer junto do dono da obra, quer junto do projectista, para que seja feita esta correcção, vamos fazer todo o esforço nesse sentido, aliás já o começámos a fazer, como tivemos a oportunidade de informar não só o Presidente de Junta mas também os representantes de uma Comissão dos subscritores do abaixo-assinado, que tiveram a oportunidade de estar aqui reunidos com representantes dos empreiteiros.”-----

**CARLOS MOÇO (PS)**, interveio dizendo: “o Sr. Presidente por lapso não me respondeu se considera que existe razões para repensar em repor na Freguesia de Buarcos, aquela equipa de trabalhadores que foi subtraída e que hoje é escassa.”

**ANTÓNIO PAREDES (PS)**, interveio dizendo: “não posso deixar de registar aquilo que vem sendo uma situação habitual por parte do Sr. Presidente da Câmara, face às reclamações dos Presidentes de Junta, em relação a coisas básicas e elementares das suas Freguesias. Antigamente, quando o PSD estava na oposição, dizia que o PS não dava respostas e que adiava constantemente as respostas e não dava soluções e nós hoje acabamos de ver mais uma vez, que o Sr. Presidente é coerente e constantemente nos vem dizer que é uma prioridade e que está para ser feito. Nós estamos nesta mesma situação, como é o caso da obra do projecto Rua 5 de Outubro, requalificação das Muralhas de Buarcos, extremamente fundamental para o desenvolvimento do turismo, com as reclamações do Sr. Presidente de Junta de S. Julião que vem reclamando contra a desertificação do Bairro Novo, com a reclassificação da zona ribeirinha, situações que têm a ver acima de tudo com capacidade de gestão de mobilizar as energias, e de uma gestão autárquica que



deve ser impulsionadora, mas pelo contrário assistimos a adiamentos sucessivos e que depois somos confrontados com a despesa e mais despesa. Muitos dos investimentos, à semelhança de outras Câmaras que são geridas pelo PSD, têm a capacidade de mobilização e de criar respostas em parceria em processos integrados e infelizmente aqui não assistimos a isso. Continuamos a assistir a um grande imobilismo e por isso lamentamos profundamente, que a Figueira da Foz esteja fora de moda há dez anos.”-----

**CARLOS MOÇO (PS)**, disse o seguinte: “numa sessão de aniversário de uma colectividade da Serra da Boa Viagem, o Sr. vereador José Elísio, afirmou a dado momento que a celebre estrada que liga a Sr.ª da Encarnação à Serra da Boa Viagem e que está numa situação muito má, onde têm ocorrido alguns acidentes, estava em vias de adjudicação o revestimento do seu pavimento e que seria aconselhável que antes da força do Inverno repuséssemos aquela via. A pergunta era tão simples quanto isto Sr. Presidente, se nestas adjudicações que vêm por aí, se está contemplado este troço Sr.ª da Encarnação Serra da Boa Viagem?”-----

**CARLOS MONTEIRO (PS)**, disse o seguinte: “quero manifestar publicamente aqui a minha indignação, relativamente à publicidade politica enganosa que se mantém em frente a várias escolas do primeiro ciclo anunciando que vão fechar. Parece-me que não é bom para nós que estamos na política, nem tão pouco é bom para essas escolas. No futuro os pais poderão ter alguns cuidados relativamente à matrícula para o próximo ano.”-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA**, disse o seguinte: “relativamente à intervenção do Sr. deputado Carlos Monteiro, a Câmara não tem qualquer responsabilidade disso e portanto não me compete a mim responder.-----

Relativamente ao que disse o Sr. Presidente da Junta de Buarcos, eu disse que tinha tomado boa nota da questão da brigada. Não lhe posso responder sobre se está contemplado ou não está contemplado em termos de pavimentação de ruas, visto que a Sr.ª Directora das Obras Municipais estar neste momento numa reunião com a Somague, mas eu depois informarei o Sr. Presidente quanto a isso.-----  
Quanto ao Sr. deputado Paredes, não está presente, mas também devo confessar que não há grande resposta a dar-lhe.”-----

## 2.2 - RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 17 DE JUNHO DE 1998 REFERENTE AO PONTO 4.1 - REGULAMENTO DOS MERCADOS MUNICIPAIS

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, propôs a rectificação do ponto 4.1 da acta da



Assembleia Municipal de 17 de Junho de 1998 da seguinte forma:-----  
Onde se lê "Ponto 7.1", deve ler-se "Ponto 4.1";-----  
Onde se lê "Regulamento Municipal de Toponímia", deve ler-se "Regulamento dos Mercados Municipais".-----

**A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, rectificar a deliberação de 17 de Junho de 1998, ponto 4.1 da respectiva acta, nos moldes acima indicados.--**

**2.3 - CONTRATAÇÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS (R.O.C.) - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO**

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 2 de Julho de 2007.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, não havendo intervenções colocou o ponto à votação.---

**A Assembleia Municipal, deliberou aprovar por unanimidade, a adjudicação para a auditoria externa ao Município, à Sociedade Oliveira, Reis & Associados, SROC, pelo valor anual de 10.980,00 € (dez mil, novecentos e oitenta euros), mais IVA.**

**2.4 - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO BAIXO MONDEGO - APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS**

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 10 de Setembro de 2007.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, não havendo intervenções colocou o ponto à votação.---

**A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar os estatutos da Associação de Municípios do Baixo Mondego.**-----

**2.5 - GYPTEC IBÉRICA - GESSOS TÉCNICOS, S.A. - ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS**

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 10 de Setembro de 2007.-----

**SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV)**, interveio dizendo: "nós vamos votar favoravelmente esta proposta da Câmara, mas dado o fluxo de pedidos desta natureza, sugeríamos que uma qualquer comissão ou o próprio executivo procedesse à elaboração de um regulamento que encontrasse de um modo objectivo as questões fiscais e os benefícios, impedindo que estas decisões sejam tomadas pura e simplesmente de modo casuístico, porque corremos o risco de qualquer dia termos um tal volume que depois seja difícil a decisão. Deve haver um regulamento, que de maneira mais concreta, possa fazer uma definição de critérios."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, não havendo mais intervenções colocou o ponto à votação.-----



A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar o reconhecimento do interesse municipal do projecto de investimento apresentado pela GYPTEC Ibérica - Gessos Técnicos S.A., a desenvolver no Parque Industrial do Concelho da Figueira da Foz.-----

Enquadrado pelo disposto na Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro, mais se deliberou ainda conceder os seguintes benefícios fiscais:-----

- isenção parcial do Imposto Municipal sobre Transacções de Imóveis, com redução de 50%;-----

- isenção total do Imposto Municipal sobre Imóveis pelo período de cinco anos.--

**2.6 - PROGRAMA FINICIA - FAME - FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - PROPOSTA DE PROTOCOLO DE ACORDO**

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 10 de Setembro de 2007.-----

**ILÍDIO FIGUEIREDO (PPD/PSD)**, interveio dizendo: "existem felizmente no nosso Concelho empresas que pela sua natureza, dimensão e pujança financeira, vão apostando no investimento contínuo, aliás prova disso é o exemplo recente da Vidreira do Mondego, que na decisão da instalação de um micro-filtro, manifesta uma aposta na consolidação do investimento da empresa e em particular um respeito enorme pelo ambiente e na qualidade de vida dos figueirenses. O ponto que temos em discussão, vai permitir com certeza que às micro e pequenas empresas, seja permitido aceder a apoio financeiro para o seu desenvolvimento, para ideias inovadoras, tudo aquilo que se relacione com a própria empresa e em prol do interesse do nosso Concelho. No âmbito deste programa, que em boa hora a Câmara aproveitou os fundos comunitários e em parceria com outras entidades, nomeadamente o IAPMEI, a Associação Comercial e Industrial, a Incubadora de Empresas, a Estrutura dos Investimentos do Mondego, o Banco Espírito Santo e uma Sociedade de Garantia Mutua, criar um regulamento, um protocolo que vá permitir a estas empresas recorrerem aos tais fundos, num máximo de 45 mil euros, para que através desse apoio possam desenvolver-se e acima de tudo consolidar a sua estrutura, de modo a consolidarem-se e a criarem postos de trabalho, logo, enriquecendo o nosso Concelho. É isso que quero acima de tudo frisar, enaltecer a sagacidade e o interesse que a Câmara teve em lançar mão desta possibilidade e em parceria implementar um programa de apoio, que vai com certeza ser útil para as nossas micro e pequenas empresas deste Concelho."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, não havendo mais intervenções colocou o ponto à



votação.-----

**A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar o protocolo a celebrar com as entidades intervenientes no quadro do Programa FINICIA.-----**

**2.7 - PROTOCOLO DE ACORDO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E MEIOS A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTANA**

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 10 de Setembro de 2007.-----

**JOÃO PAULO (INDEPENDENTE)**, disse o seguinte: "vou votar favoravelmente esta proposta. De qualquer forma, pôs-se a questão se existe algum regulamento que defina de uma forma clara os critérios de atribuição, neste caso utilizados no estabelecimento para a celebração de protocolos, descentralização de competências entre os municípios e as Freguesias, neste caso entre este município e as várias Freguesias. Se não existe, sugeria que no futuro se acautelassem estas transferências, com um regulamento que defina claramente esses critérios."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, não havendo mais intervenções colocou o ponto à votação.-----

**A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar o protocolo de acordo de transferências de competências e meios a celebrar com a Junta de Freguesia de Santana.-----**

**2.8 - SOCIEDADE BOA UNIÃO ALHADENSE - PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS**

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 10 de Setembro de 2007.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, não havendo intervenções colocou o ponto à votação.---

**A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis à Sociedade Boa União Alhadense.-----**

**2.9 - INCUBADORA DE EMPRESAS DA FIGUEIRA DA FOZ - PEDIDO DE ISENÇÃO DO IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS**

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 10 de Setembro de 2007.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, não havendo intervenções colocou o ponto à votação.---

**A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis à Incubadora de Empresas da Figueira da Foz.-**

**2.10 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS DE 2007 - COBRANÇA A REALIZAR**



**EM 2008 - FIXAÇÃO DA TAXA A APLICAR SOBRE PRÉDIOS URBANOS**

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 10 de Setembro de 2007.-----

**SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV)**, interveio dizendo: “este é um ponto que causa alguma perplexidade, pelo seguinte: nós somos sensíveis aos argumentos que foram levantados pelos senhores vereadores do PS, em relação à crise que os portugueses vivem e às dificuldades com que se deparam, nomeadamente face ao aumento das taxas de juro da habitação, que são para algumas famílias incomportáveis e para outras passarão rapidamente a sê-lo. Mas isto não pode ser desligado da política global e é pena que também não tenha havido um repúdio nomeadamente da Lei das Finanças Locais, que impôs estrangulamentos financeiros de tal modo gravosos para as autarquias, que elas ficam sem capacidade nenhuma de se poderem movimentar e de poderem passar a fazer verdadeiros investimentos.- Entretanto, há municípios da nossa zona, nossos vizinhos, que de facto conseguiram alguma inovação nesta área, sem abdicarem de uma colecta da qual precisam para sobreviver e para poderem fazer face aos investimentos necessários e exigíveis, procederam por exemplo, a um estudo do parque habitacional, que levou a um desagramento das taxas, nomeadamente para jovens casais ou para a requalificação de zonas menos pretendidas. Estamos a ver o que está a acontecer com a zona velha da cidade, que está a ficar desertificada e como o Bairro Novo, a zona nova, desertificada está. Houve aí houve um agravamento nos prédios devolutos degradados, em que claramente a degradação se devia não à falta de capacidade financeira dos seus proprietários, mas ao abandono puro e simples, de um laxismo “deixa passar” alguém há-de fazer, quando cair logo se vê, até às vezes se deixar cair é bom porque depois produz negócio e houve também um agravamento em habitação sazonal ou segunda habitação. Nós temos muitos prédios devolutos, muitos prédios que são apenas habitação sazonal, muitos prédios que infelizmente estão degradados, uns porque não há capacidade financeira, outros porque há o tal laxismo.-----

Neste ponto em que nos encontramos, em que é necessário fixar a taxa a aplicar sobre os imóveis em 2008, um estudo desta natureza não seria impossível, mas admitimos que seria algo complicado. De qualquer maneira, atrevemo-nos a sugerir que ele possa vir a ser feito, nomeadamente para a cobrança das taxas em 2009, sendo que nesta conjuntura e tendo por pano de fundo a tal famigerada Lei das Finanças Locais e as dificuldades com que as autarquias têm que sobreviver e que



têm que se confrontar todos os dias. Embora sendo sensíveis e embora isto pese muito nas nossas consciências, procuraremos aprovar este ponto.”-----

**CARLOS MONTEIRO (PS)**, interveio dizendo: “relativamente a este ponto, a nossa posição é conhecida, já vem do passado. Contudo, gostaria de relembrar algumas declarações do Presidente da Câmara do Concelho limítrofe, Câmara Municipal de Montemor, que baixa impostos e “o objectivo é fazer com que seja mais barato viver em Montemor-o-Velho e que quem invista nesse Concelho pague menos impostos”, palavras de Luís Leal, que sustentam a proposta aprovada na ultima reunião do executivo, para reduzir os impostos. Luís Leal, quer potenciar o desenvolvimento do Concelho e da sua população e entende ser possível conciliar o legítimo interesse da receita, com o da criação de novos postos de trabalho, factores de desenvolvimento estratégico.-----

Nesse sentido, avançou com um conjunto de alterações na aplicação do IMI, avaliação da Derrama e a suspensão da Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Em causa está, de acordo com o Presidente da Autarquia de Montemor-o-Velho, uma visão a médio/longo prazo para o Concelho, que tem por objectivo permitir que seja mais barato viver em Montemor e que quem invista no Concelho pague menos impostos. Relativamente à taxa de Derrama, a autarquia deliberou que não será aplicada em 2008, como medida de apoio e captação de novos investimentos no Concelho. A criação de condições para o desenvolvimento das actividades produtivas, nomeadamente de natureza industrial, tem sido uma forte preocupação do município nos últimos tempos, referiu Luís Leal, “o momento actual impõe a adopção de medidas que potenciem o desenvolvimento do Concelho e da sua população.”-----

Relativamente a este assunto, as declarações do Sr. Presidente Eng. Duarte Silva são as seguintes: “a Câmara vai manter as actuais taxas do IMI e da Derrama”. Sendo assim, o IMI mantém as taxas 0,4% e 0,8% de acordo com o tipo de imóvel. Para o Sr. Presidente Eng. Duarte Silva, os Concelhos que recorrem à baixa de impostos é porque não têm as mesmas condições de atracção de investimentos e de pessoas como na Figueira da Foz. Lamentamos que o Sr. Presidente assim pense, pois segundo a Carta Educativa, cita o Sr. Presidente a dia 11 de Setembro nas Beiras, “para Duarte Silva, os Concelhos que recorrem àquela medida é porque não têm condições de atracção de investimentos e de pessoas da Figueira da Foz”. O nosso lamento é só porque segundo a Carta Educativa, estima-se que em 2021 nasçam menos de 400 crianças neste Concelho.”-----



**ALBERTO CAETANO (PPD/PSD)**, interveio dizendo: “a nossa posição está em consonância com a posição tomada pela Câmara Municipal da Figueira da Foz, em reunião apropriada para decisão destes valores. Vou ler aqui duas três linhas de um vereador do PS que diz: “aquelas despesas, entenda-se despesas com habitação, têm-se vindo a agravar consecutivamente, devido ao grande incremento que têm sofrido as taxas de juro do crédito à habitação”. Isto não é de responsabilidade da Câmara Municipal. A subida das taxas de juro é tanta, que coloca as famílias com empréstimos elevados, em posição de grande ansiedade em relação ao pagamento das prestações. De facto, esta é uma verdade que nós aceitamos como boa porque toda a gente constata isto. Também para ser justo, mais à frente diz que o agravamento do IMI vai criar mais dificuldades. O PS aponta para 0,35% e 0,7%, ou seja os prédios urbanos avaliados de acordo com o código do Imposto Municipal sobre imóveis, a proposta é de 0,35% e a Câmara Municipal mantém os 0,4%. Para os prédios não avaliados de acordo com o Código do Imposto Municipal sobre imóveis, o PS aponta para 0,7% e a Câmara Municipal 0,8%. Se nós tivermos em consideração os prédios que foram avaliados depois da entrada em vigor do código do IMI, o valor já se aproxima da realidade da construção do dito prédio. Em determinadas situações, algumas vezes haverá excessos e os valores até poderão ser superiores, em casos pontuais. Se tivermos em consideração que os prédios avaliados não estão de acordo com o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, antes da entrada deste código, o que consta nas nossas cadernetas são valores irrisórios. Para a autarquia, num conjunto mais alargado de prédios, estas receitas representam sempre um milhão a dois milhões de euros/ano. Dou aqui um exemplo: um prédio avaliado de acordo com o código do IMI a uma taxa de 0,35% e um valor patrimonial de 100 mil euros, representa 350€/ano, o mesmo prédio com 0,4% que a Câmara Municipal propõe, representa 400€. A diferença é de 50€/ano, num prédio com um valor patrimonial de 100 mil euros. Se for o dobro, esta diferença também é do dobro, mas para ser o dobro terá que ser 200 mil euros, quem faz uma vivenda também não discute 100€, eu penso que não. Nos prédios avaliados antes da entrada do código do IMI, um prédio de 20 mil euros, que é o meu, 4 mil contos a 7% representa 140€/ano, os mesmos 20 mil euros a 0,8% representa 160€, é uma diferença de 20€. Reconheço que é um peso que recai em cima das famílias, sobretudo as famílias mais jovens que têm que recorrer ao crédito, mas eu penso que o que está mal é de facto os juros que recaem sobre o empréstimo habitação, isso é que não está bem. Cada vez que há uma subida dos



juros, são dezenas de euros que as pessoas têm que pagar a mais.-----  
Relativamente ao IMI, eu disse aquilo que em consciência achava que devia dizer.  
A nossa posição vai portanto, em concordância com o que foi decidido pela Câmara  
Municipal.”-----

**JOÃO PAULO (INDEPENDENTE)**, disse o seguinte: “por aquilo que entendi das  
palavras do Deputado Alberto Caetano, essa pequena diferença é tão irrelevante  
para as famílias que não vamos pensar nela. Então se ela é irrelevante para as  
famílias também vai ser irrelevante para as contas da Câmara? O que é que temos  
que julgar aqui? São as famílias ou são as contas da Câmara? Explique-me Sr.  
Deputado.”-----

**ALBERTO CAETANO (PPD/PSD)**, disse o seguinte: “esse valor, eu até dei o meu  
exemplo uma diferença de 20€, para mim não representa relativamente nada e para  
a Câmara Municipal, digamos para a população toda da Figueira da Foz, um milhão  
virgula cinco ou dois milhões de euros representa muita coisa.”-----

**NUNO BISCAIA (PS)**, interveio dizendo: “relativamente aos juros habitação, todos  
nós sabemos que efectivamente o Banco Central Europeu e não a Câmara Municipal é  
que é o grande responsável pelo elevado custo dos mesmos e pelo elevado custo  
que daí vem para a habitação. Entendemos que a Câmara Municipal deverá ter uma  
função socializante que não tem e que pelos vistos terá mais a Câmara de  
Montemor-o-Velho e atraindo as pessoas para aqui, deveria reduzir a taxa que  
está a levar de IMI. Se efectivamente pessoas como o Sr. Deputado Alberto  
Caetano, se sentem tão beneficiadas por terem uma casa avaliada em vinte mil  
euros, poderão sempre officiosamente requerer uma nova avaliação. Se é assim,  
acho que só lhe ficaria bem Sr. Deputado, porque pagando mais o senhor pagariam  
menos os outros. De qualquer das maneiras, recordo uma proposta que já foi feita  
pelo PS no sentido de para determinadas zonas mais degradadas da nossa cidade,  
nomeadamente do Bairro Novo, haver uma taxa mais reduzida de IMI com o fim de  
revalorizar essas zonas e de fomentar aí a habitação.”-----

**ILÍDIO FIGUEIREDO (PPD/PSD)**, disse o seguinte: “é extremamente interessante  
ouvir este diálogo e opinião sobre um assunto que naturalmente nos toca nos  
bolsos e é extremamente simples dizermos, tem que se baixar para pagarmos menos.  
Que bom seria se isto realmente fosse uma realidade e estou convencido que a  
Câmara se pudesse fazer isso também faria, porque pugna pelo interesse dos  
nossos munícipes. Com certeza Montemor fez aquilo que politicamente é correcto,  
mas faltou dizer o seguinte: Montemor baixou para 0,4% onde nós já estamos há



algum tempo e só baixou agora. O que é Montemor fez a mais que a Figueira? Igualou o nosso índice do IMI, não fez nada extraordinário e é interessante ao ver demagogicamente esta situação, mas também compreendo que quem está daquele lado, numa bancada política diferente da deste lado, deve e tem todo o direito de "criar flores", de falarem aquela linguagem que naturalmente quem está lá fora gosta de ouvir. O meu companheiro de bancada falou na questão do valor dos imóveis e dos impostos, dos juros nomeadamente. Com certeza, nós estamos sujeitos àquilo que o Banco Central Europeu nos dita nesse aspecto mas, meus caros amigos porque é que então não falamos de uma coisa extremamente simples e aqui sim, depende do Governo, que é o facto de eles manterem as taxas de incidência sobre os combustíveis? Porque precisam de receitas naturalmente. E então isto sim, era uma medida extraordinária para o País todo. Era extremamente benéfico, aliás esta questão dos combustíveis é perfeitamente aberrante e abusiva, nomeadamente quando se vem invocar pelas petrolíferas o aumento dos combustíveis para o cidadão, alegando o preço do dólar, ou melhor o preço do barril, quando nós sabemos que a baixa do dólar torna mais barata a compra do barril. Logo é uma falsa questão. Não vejo o Governo lutar por isto e pugnar para que isto não suceda. É excelente nós falarmos em baixas, seria excelente que a Câmara o pudesse fazer e com certeza que estará atenta e no dia em que as condições, nomeadamente a avaliação da receita que todos os anos se vai gerar com este imposto, fá-lo à com certeza, porque não foi das primeiras, inclusivamente podia-o manter em 0,5% e passou para 0,4%, penso que já há dois ou três anos."-----

**ANTÓNIO PAREDES (PS)**, disse o seguinte: "tenho que relembrar o Sr. Deputado, que em termos de contenção orçamental e de défice, nós recebemos uma herança altamente pesada de 6,8% e que neste momento as provisões são para 2,8%, em situações completamente diferentes. Mas o Governo, em matéria de questão de matriz social, não deixa de dar incentivo nomeadamente com programas na protecção à família, na questão de habitação e no incentivo à natalidade. A Figueira deixou de concorrer com as grandes capitais do distrito, para andar a concorrer com quem? Com Cantanhede, com Montemor, inclusivamente com a Pampilhosa, por onde saem empresas como a RADAR, porque não encontrou tipo de resposta por parte de uma autarquia, porque pelos vistos não está interessada em criar emprego e fixar os seus jovens. Em relação aquilo que o meu colega Deputado Carlos Monteiro falou, à projecção para 2021 com 400 nascimentos a



menos, baixa a natalidade e o duplo envelhecimento, ou seja a esperança média de vida a aumentar e a baixa da natalidade e da fecundidade, o Sr. Presidente diz que não é culpado. Claro que não, mas o Sr. Presidente pode fazer também alguma coisa dando incentivos.-----

Estamos a discutir o futuro do Concelho e da sua desertificação e aquilo que a Deputada Silvina Queiroz aqui disse e muito bem, aquilo a que nós vamos assistindo, é ao crescimento da segunda habitação, das florestas de betão e que realmente não criam mais valia, e que criam mais desertificação e ficamos cada vez mais com menos qualidade de vida para os figueirenses.”-----

**SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV)**, interveio dizendo: “há aqui conceitos que não podem deixar ser passados em branco, as políticas de incentivo que por aí estão, a maior parte delas são pura demagogia. O que era importante era criação de emprego e valorização dos salários e assim se valorizava o consumo e o tecido económico e a produção, porque estas coisas estão ligadas umas com as outras. Também não precisamos de chegar a 2021 para não ter 400 crianças a nascer na Figueira, é que neste momento já nenhuma cá nasce, por mão deste Governo.”-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA**, interveio dizendo: “as autarquias vizinhas que estão a baixar as taxas, estão a pôr uma taxa que nós já temos há dois anos.----- Quero aqui referir, que o meu colega de Condeixa-a-Nova, cuja Câmara tem uma base política diferente da minha ao baixar para aquilo que nós temos disse: “sobretudo tendo em consideração com a situação financeira estabilizada da autarquia que lhe confere tal margem de manobra”. É que isto é fundamental, porque nós estarmos a dar sinais quando de facto temos a situação que todos sabemos e que ninguém esconde, não é a altura de o fazer. Quanto à questão que é o ponto a seguir e que é da Derrama, também a situação financeira da Câmara não permite que lhe façam uma alteração. Introduzimos uma coisa nova para empresas cujo volume de negócios seja de determinado montante.-----

Estamos a fazer um estudo apurado relativamente aos prédios devolutos, porque senão podemos cair em questões complicadas, até sociais, porque temos prédios devolutos que podem ser de proprietários que tenham capacidade e podemos ter prédios devolutos que sejam de proprietários que não têm capacidade. Tem que haver um levantamento rigoroso do que é que se passa relativamente a isso, para podermos tomar medidas no ano que vem, ou de isenção ou de penalização. Isso é uma questão que está na nossa mente. Quando estamos a concorrer em termos de zonas industriais, quando se oferecem os terrenos, aí podemos ter dificuldade,



mas a competitividade de uma cidade para instalação de indústria ou de comércio, depende de uma série de factores e é isso que eu queria dizer ao Sr. Deputado Carlos Monteiro, sobre a informação que vem no jornal. Aquilo que quero dizer é o seguinte: a competitividade da Figueira e da zona industrial da Figueira ou de uma zona comercial da Figueira, depende de um conjunto que a Figueira tem para oferecer que não é só uma questão da Derrama ou do IMI, é toda uma questão que tem que ser vista em conjunto. É evidente que numa cidade que oferece menos qualidade de vida, como a grande parte das cidades no interior da Beira, com certeza que para atrair tem que oferecer determinadas condições que nós não precisamos de dizer. Entre uma pessoa instalar-se aqui nesta cidade, ou instalar-se em Freixo de Espada à Cinta ou onde for, há diferenças. Nós temos algumas vantagens e temos que saber conjugar isso tudo e há coisas que nós não necessitamos para ser competitivos, de reduzir.”-----

**CARLOS MONTEIRO (PS)**, disse o seguinte: “concordo Sr. Presidente. Penso que quando se referiu a essas zonas do interior não estava a englobar Montemor. Na realidade, se nós vamos fazer essa análise pormenorizada, vamos ver quanto é que custa viver em Montemor e quanto é que custa viver na Figueira da Foz e eu não falo do preço da água porque tenho falado muitas vezes.-----

O Sr. Presidente referiu uma coisa interessante que é o facto de o Sr. Presidente da Câmara de Montemor poder fazer estas reduções, porque estava a resolver o problema de endividamento da Câmara. Se nós tivéssemos a caminhar para uma situação estável, mas aquilo que eu percebi na última aprovação do orçamento é que nós estávamos a endividarmo-nos um bocadinho mais devagar.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, não havendo mais intervenções colocou o ponto à votação.-----

**A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria com maioria com vinte e sete votos a favor (22 do PPD/PSD, 2 dos Membros Independentes 2 do PCP-PEV e 1 do PS), doze votos contra do PS e três abstenções (2do PS e 1 do Membro Independente), sob proposta da Câmara:-----**

**- Fixar as seguintes taxas a aplicar aos prédios urbanos, a cobrar em 2008, ao abrigo do disposto no nº 4 do artigo 112º do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/03, de 12 de Novembro:-----**

**- Prédios Urbanos: 0,8%;-----**

**- Prédios Urbanos, avaliados nos termos do CIMI: 0,4%.-----**

#### 2.11 - DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2008



Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 10 de Setembro de 2007.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, não havendo intervenções colocou o ponto à votação.---

**A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria com vinte e nove votos a favor (22 do PPD/PSD, 2 do PS, 2 do PCP-PEV e 3 dos Membros Independentes), onze votos contra do e duas abstenções do PS, sob proposta da Câmara o seguinte:-----**

**1 - Lançar uma derrama à taxa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o lucro tributável sujeito e não isento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica do Município da Figueira da Foz, por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável na área geográfica do Município da Figueira da Foz, ao abrigo do disposto no nº 1, do art. 14º da Lei nº 2/2007, de 15 Janeiro, a ser aplicada no reforço da capacidade financeira, atendendo ao disposto na alínea f) do nº 2, do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----**

**2 - Aplicar a taxa reduzida de 1% (um por cento) aos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros), ao abrigo do disposto no nº 4, do art. 14º da Lei nº 2/2007, de 15 Janeiro.-----**

#### **2.12 - 2ª REVISÃO ÀS GOP E ORÇAMENTO DE 2007**

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 10 de Setembro de 2007.-----

**NUNO BISCAIA (PS)**, disse o seguinte: "relativamente a esta 2ª Revisão às GOP e Orçamento de 2007, a bancada do PS como não podia deixar de ser, vai votar contra, uma vez que votou contra o documento fundamental, que é as Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2007.-----

Tenho só uma dúvida e gostaria de a ver esclarecida, diz respeito à reabilitação do edifício do Castelo Eng. Silva, em que se prevê um reforço de 22.400,00 €, o saldo disponível era 500€, é logo a primeira rubrica de outros investimentos. Tendo em conta o estado de degradação em que se encontra aquele castelo, aquele que no fundo é um emblema da nossa cidade e está num local emblemático gostaria de saber exactamente o que é que se pretende ali fazer e se esse reforço visa a recuperação do edifício."-----



**CARLOS MONTEIRO (PS)**, interveio dizendo: “é mais uma declaração de voto. Em 21/12/2006, afirmámos que, passo a citar: “esperávamos Sr. Presidente, que houvesse razoabilidade da parte da administração e que as políticas autárquicas se centrassem na protecção dos munícipes, na capacidade de intervenção firme e justa dos seus órgãos, na visão clara da sua liderança, na reorganização das suas estruturas municipais, na afectação equitativa dos recursos materiais e financeiros, na qualificação e motivação dos seus recursos humanos, porque é com eles e não é contra eles que se tem que recuperar a credibilidade da Câmara Municipal e sanear as finanças municipais. Neste orçamento, estes valores essenciais e críticos, não são contemplados mas antes pervertidos.” Como nesta revisão não se alterou exactamente nada, tudo aquilo que estava na proposta do orçamento se mantém, continuamos a votar contra.”-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA**, interveio dizendo: “relativamente àquilo que disse o Sr. Deputado Nuno Biscaia, respondo por uma questão de delicadeza. O Sr. Deputado queixa-se que o castelo está como está, nós precisamos de uma rubrica para poder iniciar o processo e o projecto de reabilitação, e o senhor vota contra.”-----

**NUNO BISCAIA (PS)**, disse o seguinte: “Sr. Presidente com todo o respeito que V. Exa. me merece, julgo que a sua resposta não foi a mais feliz. Quer dizer eu acho que dever esclarecimento deve ser apanágio nesta Assembleia e a democraticidade do voto também. O que não nos leva a questionar coisas que realmente nos dizem respeito e quem vêem plasmadas em documentos que são importantes para realmente o que se passa no nosso Concelho. Acho que a intenção de voto ser contra, não é justificativo para não responder àquilo que lhe foi questionado mas o Sr. Presidente agirá conforme melhor entender.”-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA**, disse o seguinte: “peço desculpa, mas julgo que o Sr. Deputado não me ouviu. Porque eu disse que lhe respondia por uma questão de consideração que tenho por ele, que entendo que realmente não vejo grande necessidade de responder e com certeza que a verba que está inscrita era para se dar inicio ao processo de reabilitação, ou melhor do projecto e reabilitação do castelo. Eu disse isso. E está lá reabilitação do edifício do Castelo Eng. Silva, está lá escrito no documento que está. Está bem mas está lá escrito. Portanto, esta verba está inscrita para se poder iniciar o processo de reabilitação do edifício Castelo Eng. Silva.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, não havendo mais intervenções colocou o ponto à votação.-----



A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria com vinte e seis votos a favor (22 do PPD/PSD, 2 do PS e 2 dos Membros Independentes), catorze votos contra (11 do PS, 2 do PCP-PEV e 1 do Membro Independente) e duas abstenções do PS, aprovar a 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2007.-----

**2.13 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS - TERRENOS DESTINADO A CONSTRUÇÃO URBANA  
SITO NA RUA ENG.º ANTÓNIO GRAVATO FREGUESIA DE S. PEDRO -  
EXTRA-AGENDA**

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 17 de Setembro de 2007.-----

**SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV)**, interveio dizendo: “são três pequenas notas, a primeira tem a ver com a utilidade que haveria no fornecimento de um mapa, nós às vezes até temos mapas demais por causa das cores não entendemos, para localizar exactamente o sítio, para imaginar onde é. Eu, que não sou da Cova Gala tive que fazer algum exercício mental. Depois duas perguntas muito concretas: qual o índice de construção que é permitido naquela zona e qual o destino previsto para a área sobrance não identificada, que me parece ser, se não estamos enganados nos cálculos, razoável.”-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA**, disse o seguinte: “aquilo que posso responder é, que as condições de construção, área bruta, o número máximo de pisos e a área de implantação é 0,6, que é o que é previsto para a zona e que está no plano de urbanização em vigor.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, não havendo mais intervenções colocou o ponto à votação.-----

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria com trinta e nove votos a favor (22 do PPD/PSD, 15 do PS e 2 dos Membros Independentes) e três abstenções (2 do PCP-PEV e 1 do Membro Independente), autorizar a alienação em hasta pública de um terreno destinado a construção urbana, sito na Rua Eng.º António Gravato, na Cova, Freguesia de São Pedro, deste Município, cujo preço base de licitação é de 332.650,00€ (trezentos e trinta e dois mil seiscentos e cinquenta euros).-----

**3 - PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, disse o seguinte: “estão inscritos dois munícipes e como é regulamentar têm 5 minutos para fazer a sua intervenção cada um deles. Primeiro munícipe Sr. Jorge Manuel Tocha de Azevedo Coelho, faça favor. Portanto, meus senhores eu pedia a vossa atenção, o Sr. Jorge Azevedo Coelho vem falar-nos sobre assuntos relacionados sobre a situação do Bairro Novo e



edifícios a construir, abertura de rua, sobre o ponto da situação.”-----

**MUNÍCIPE, JORGE TOCHA,** disse o seguinte: “Sr. Presidente, ilustres representantes da Assembleia Municipal, eu queria pergunta primeiro ao Sr. Presidente o prévio sentimento na aprovação da acta, implicará que eu possa falar na acta anterior? Já está aprovada presumo eu.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,** disse o seguinte: “aquilo que o Sr. munícipe Tocha de Azevedo Coelho, pedi-o foi a palavra sobre os assuntos relacionados com a situação do Bairro Novo e edifícios a construir.”-----

**MUNÍCIPE, JORGE TOCHA,** disse o seguinte: “eu queria dizer que na acta anterior, que tive conhecimento, o que eu disse alguma coisas não estão correctas na acta, é só isso que eu queria dizer. Pronto. Posto isto sobre o Bairro Novo o Sr. Presidente informou-me no final da sessão.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,** disse o seguinte: “permita-me esclarecer uma coisa, a acta só é pública e evidentemente é tornada publica após a sua aprovação. Portanto, após a sua aprovação o que aconteceu hoje nesta Assembleia, qualquer munícipe que dela discorde ou entenda que não pode, que não está de acordo com aquilo que na realidade se passou é perfeitamente livre de fazer chegar à Mesa da Assembleia as suas discordâncias e elas serão evidentemente tratadas. Como manda qualquer atitude de respeito para qualquer munícipe deste Concelho. Portanto, sobre a acta a Mesa desta Assembleia a partir do final desta mesma Assembleia que a aprovou está perfeitamente disponível para responder a qualquer reclamação que tenha sido feita.”-----

**MUNÍCIPE, JORGE TOCHA,** disse o seguinte: “depois oportunamente farei então as minhas observações. É o seguinte o Sr. Presidente disse-me no final da anterior sessão que as minhas interrogações seriam respondidas, o que é certo é que não recebi qualquer resposta até hoje. Eu falei concretamente sobre o problema da instalação do passeio na Rua dos Combatentes, falei na eventual criação de uma comissão arbitral Municipal para efeitos de classificação dos edifícios com vista ao eventualmente aumento das rendas, falei na situação da esplanada do restaurante D. Juan e da esplanada do Sporting, que me parece um ultraje às leis ambientais. Não recebi qualquer resposta. Não sei se a Assembleia Municipal deu conhecimento ao executivo desta situação e o executivo não me respondeu ou a coisa ficou morta por natureza. Portanto, era isso que eu queria dizer. E volto a repetir as mesmas coisas o Bairro Novo continua completamente degradado, as ruas, os pavimentos, aquilo é um perigo, a Rua Dr. Francisco António Dinis, as



peçoas circulam no pavimento, no asfalto porque o passeio não oferece segurança, já peçoas caíram ali e que fracturaram, houve fracturas e outras coisas assim do género eu acho que era preciso olhar um bocado para os munícipes. É isto a coisa não está nada bem. Eu não quero estar a pensar que eu estou aqui só a dizer, eu estou a procurar colaborar, portanto, é sobre esses aspectos que eu falo, eu quando ando naquelas ruas com o credo na boca, com a minha bengalina já de velhinho, mas com o credo na boca, com medo de escorregar e partir-me todo. Devia haver um bocado de atenção para com os munícipes. Isto sem desprimor, eu tenho um excelente relacionamento com os representantes do executivo da Câmara, mas isso não invalida que os meus pedidos caíam em saco roto. Por exemplo, eu falei na criação de uma zona, como é que eu hei-de explicar, de um sinal para os peões passarem ali no cruzamento da Rua Bernardo Lopes com a Rua Francisco António Dinis, sobretudo quem desce do Café Império em direcção do rio, até hoje nada, era uma coisa que se podia fazer com uma certa facilidade, os peões têm direito a uma certa segurança e parece que os peões são menosprezados, eu isto confessa-me é uma situação que me desagrada profundamente. A Rua Bernardo Lopes onde eu vivo, a partir da zona que vai desde o cruzamento da Rua Bernardo Lopes com a rua Francisco Dinis até ao rio, a iluminação é super deficiente, é um perigo, tanto mais que agora vai começar o Inverno e a escuridão começa mais cedo do que habitualmente.-----  
Há outra coisa muito importante, importante por uma questão de ver como as coisas não funcionam aqui na Figueira da Foz, na Rua Dr. Calado no lado traseiro do Casino da Figueira da Foz, há um local de proibição de estacionamento. Ora todos os dias estão estacionados normalmente doze carros ali, inclusivamente carros de alta cilindrada e um deles até estacionado num local que diz saída de emergência, está ali bem visível. Outro dia telefonei para a PSP, atendeu-me uma gentil funcionária expliquei a situação e o resultado tudo continua na mesma, então é melhor tirar a placa de proibição de estacionamento e pôr lá um parcómetro, pelo menos vai dar algum dinheiro à Câmara para poder reparar a degradação do pavimento e dos passeios. Eu já referi várias vezes isso, isso tudo cai em saco roto. E agora já não quero falar mais sobre este assunto, acho que é repisar, repisar, repisar, não vale a pena continuar na mesma coisa, mas enquanto a voz não me doer, como diria a cantora, eu falarei.-----  
Quanto à Ponte do Galante parece que lá, vai-se construir um hotel de 16 andares, pelo menos é o que tudo consta. Não sei se estarão licenciadas outras



obras, gostaria de saber se estão licenciadas outras obras e se aquilo ficará tudo betonizado até uma altura bastante elevada que impeça de facto quaisquer vistas do mar sobre os restantes edifícios que estão atrás do hotel. E também gostaria de saber se vai ser aberta uma rua, na Rua Almeida Garrett salvo erro, no sentido leste-oeste, até à confluência daquela rua da Avenida do Brasil, salvo erro.-----

E outra coisa uma vez que a PSP pelos vistos não funciona em certas ocasiões seria conveniente pensar-se seriamente, isso agora é uma sugestão na criação da policia Municipal, porque a policia Municipal é um órgão que vai ter possibilidades de fiscalizar na área da jurisdição, o cumprimento das leis e dos regulamentos que disciplinam matérias relativas à atribuição das autarquias e da competência dos seus órgãos. Ora se a PSP não funciona, pode ser que a policia Municipal funcione nessas coisas e que as vantagens da sua criação superem os defeitos, os defeitos não, o eventual encargo do pagamento dos seus agentes e dos seus funcionários.-----

E finalmente, faleceu um Sr. chamado Mário da Silva Viana que foi operário nas Fundições Mota de Quadros, foi um figueirense ilustre, um operário distintíssimo e que honrou a sua profissão. Eu queria dar conhecimento à Assembleia Municipal desse facto e queria que a Assembleia Municipal se associa-se a um gesto de pesar pelo seu falecimento, porque não interessa focar figuras que vêm todos os dias nos jornais, mas interessa também focar aqueles figueirenses humildes que trabalham pela sua terra. Muito obrigado."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, disse o seguinte: "muito obrigado pela sua intervenção. Só para lhe dizer que também e para lhe garantir que conforme está definido no regimento desta assembleia, o Sr. Tocha de Azevedo Coelho terá em tempo oportuno respostas às questões que aqui levantou e a outras que eventualmente não lhe foram dadas. Muito obrigado.-----

Pedia agora ao Sr. Mário Costa Martins Neto, que vai falar sobre uma esplanada que já está há 15 anos e na propriedade que é sua. Tem 5 minutos para apresentar o seu caso. Faça favor."-----

**MUNÍCIPE, MÁRIO NETO**, disse o seguinte: "boa tarde Sr. Presidente. Eu sou proprietário de um restaurante na Praia de Quiaios, o Restaurante Mar e Rosa, na Rua Arrais Tomé à 15 anos, tive sempre lá a minha esplanada, em 2004 fizeram-me um abaixo-assinado, em 2004 quando foi o campeonato da Europa, e vem aqui o nome das pessoas todas e não moram lá. Destas 20 pessoas moram apenas duas. E toda a



gente em 2004 a festejar os golos faziam barulho. E agora eu recebi ordem da Câmara Municipal para retirar a minha esplanada de lá, não sei porquê. Há 15 anos que tenho o restaurante aberto e a partir de 2004 nunca mais houve mais nada e antes de 2004 também não. Tenho aqui os nomes dos senhores, tenho aqui os abaixo-assinados e tenho aqui o ano 2004. E só há duas pessoas que moram lá, compraram a casa posterior e o resto é tudo, não mora lá nenhuma pessoa. São umas 20 que estão aqui. E eu queria que o Sr. Presidente ou quem desse de direito me resolvesse isto. Pelo menos eu já não pedia mais nada, que me deixassem estar a esplanada porque eu não me posso servir sem uma esplanada. A esplanada está naquilo tudo meu, nem uma cadeira está na rua. Não era preciso mais, porque fiz lá uns anexos à frente, foi aprovado licenciado e tudo e agora obrigaram-me a deitar abaixo. Está aqui a licença. Eu não sei como é que esta Câmara está a trabalhar, aprovaram, licenciaram, eu tenho aqui a licença, se o Sr. Presidente ou alguém quiser ver com os seus próprios olhos.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, disse o seguinte: “o Sr. pode e nós enfim, a mesa tirará cópias dos documentos que o Sr. tem e é evidente que depois quem de direito dar-lhe-á uma resposta às questões que o Sr. apresentou. Como é óbvio. É a única coisa que a mesa da assembleia e a assembleia pode garantir é que oportunamente lhe será dada uma resposta à sua questão.”-----

**MUNÍCIPE, MÁRIO NETO**, disse ainda que: “Sr. Presidente eu só pedia que me deixassem estar a esplanada porque aquilo está naquilo meu, está há 15 anos e não há barulho, não mora lá uma pessoa na minha rua. Na minha rua agora moro só eu. Está aí o Sr. Presidente da Junta de Quiaios que sabe que na minha rua não mora ninguém.”-----

**A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a acta em minuta.**-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezanove horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----